



**RELATÓRIO DO CONSELHO EXECUTIVO
ANO REFERÊNCIA: 2015**

Demonstrações Financeiras

**Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal
do Brasil em Minas Gerais**

CNPJ: 17.388.380/0001-86

Transparência e clareza na gestão

Prezados(as) Associados(as),

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S^{as} as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício 2015, conforme preceitua o artigo 133 c/c o art. 176 da Lei nº 6.404/1976, artigo 274 do Decreto nº 3.000/1999 - RIR/99.

Tendo em vista o próprio objetivo das demonstrações financeiras, de esclarecer a situação patrimonial, econômica e suas respectivas mutações no exercício, apresentamos as Notas Explicativas.

A ANFIP-MG é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, com fins não econômicos, representante da classe de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, com atuação, representação e jurisdição em todo o Estados de Minas Gerais.

Por oportuno, não poderíamos deixar de mencionar o empenho, dedicação e eficiência de todos aqueles que estiveram conosco no curso do ano. A todos vocês, associados, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, todos que integram esta entidade, desejamos manifestar o nosso agradecimento e firme propósito de, juntos, envidarmos maiores esforços em busca de novas e grandiosas conquistas.

Belo Horizonte - MG, 26 de Fevereiro de 2016.

Sineida Ribeiro Sales

Presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG.

BALANÇO SINTÉTICO FINAL

ATIVO	31/12/2014	31/12/2015
CIRCULANTE	172.112,25	233.635,04
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	26.456,54	14.189,69
Caixa	1.527,49	3.191,86
Bancos Conta Movimento Sem Restrição	601,07	100,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata Sem Restrição	24.327,98	-
BB RF Simples Sem Restrição		10.897,83
CRÉDITOS A RECEBER	141.213,83	218.537,33
Aplicações Financeiras Recursos Sem Restrição	5.000,00	-
Aplicações Financeiras Recursos Com Restrição - Funfapea	63.269,16	123.018,04
Mensalidades de Ativos, Inativos e Pensionistas	65.268,41	67.250,52
Outros Créditos	-	26.152,92
Adiantamento a Representantes	4.419,15	2.115,85
Empréstimo a Empregado/Associados	3.257,11	-
DESPESAS A APROPRIAR	4.441,88	908,02
Despesa Paga Antecipada	2.285,88	-
Despesa Exercício Seguinte	2.156,00	908,02
NÃO CIRCULANTE	274.330,11	340.230,47
Aplicação Financeira Recursos Com Restrição	93.058,12	117.115,67
Imobilizado	351.565,28	406.477,03
(-) Depreciação	170.293,29	183.362,23
TOTAL DO ATIVO	446.442,36	573.865,51
PASSIVO	31/12/2014	31/12/2015
CIRCULANTE	40.028,88	38.024,45
FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS	7.804,27	3.666,68
Fornecedores Nacionais	7.804,27	3.666,68
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS	11.986,61	13.283,83
Provisão para Férias	11.986,61	13.283,83
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS/SOCIAL	11.014,86	12.878,43
INSS	8.720,65	10.432,03
FGTS	2.294,21	2.446,40
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	802,69	2.033,91
Imposto de Renda Retido na Fonte	289,87	502,58
PIS Folha de Pagamento	166,91	180,85
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	74,76	856,19
COFINS Outras Receitas	271,15	494,29
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.420,45	6.161,60
Contas a Pagar	8.420,45	6.161,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	406.413,48	535.841,06
PATRIMÔNIO SOCIAL	185.655,26	240.133,71
Reserva para Contingência	29.327,98	25.407,34
Fundos Constituídos	156.327,28	214.726,37
SUPERÁVIT OU DEFICIT ACUMULADO	220.758,22	295.707,35
Superávit Acumulado	253.258,59	176.801,01
Superávit do Exercício	-	118.906,34
(-) Déficit do Exercício	32.500,37	
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	446.442,36	573.865,51

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

EM R\$	31/12/2014	31/12/2015
INGRESSO DE MENSALIDADE	782.509,81	812.656,72
Pensionista	167.933,10	176.294,88
Ativos/Inativos	614.576,71	636.361,84
INGRESSO DE CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS	104.916,95	37.591,00
Pensionistas	4.977,32	6.740,00
Ativos/Inativos	99.939,63	30.851,00
INGRESSOS DE SUBVENÇÕES	124.071,79	98.524,02
ANFIP Nacional	100.690,36	98.524,02
Sindifisco Nacional	23.381,43	-
OUTROS INGRESSOS	39.534,35	43.768,59
Aluguel de Imóvel	4.911,60	-
Auxílio Plano de Saúde	33.504,07	43.768,59
Ressarcimento de Despesa	1.118,68	-
DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	(1.094.766,66)	(897.608,21)
Presidência/Vice Presidência	(64.223,48)	(50.059,61)
Administração	(454.130,33)	(425.603,37)
Finanças e Patrimônio	(1.340,28)	(20.625,35)
Política de Classe	(12.471,30)	(16.841,28)
Comunicação e Relações Públicas	(104.562,22)	(81.905,54)
Aposentado e Pensionista	(29.333,21)	(61.436,37)
Esportes e Eventos Sociais	(367.291,52)	(191.455,35)
Assuntos Jurídicos	(3.495,16)	(6.899,85)
Funfapea	(13.138,00)	(5.590,24)
Representante	(44.781,16)	(36.294,92)
Conselho Fiscal	-	(896,33)
RESULTADO FINANCEIRO	11.233,39	23.974,22
Receitas Financeiras	14.083,93	25.797,98
Despesas Financeiras	(2.850,54)	(1.823,76)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(32.500,37)	118.906,34

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO EM 31/12/2015

HISTÓRICO E VALORES (R\$)	FUNDO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo Inicial	185.655,26	253.258,59	(32.500,37)	406.413,48
Ajuste Ex. Anterior			10.521,24	10.521,24
Superávit Exercício			118.906,34	118.906,34
Transferência para Fundo Patrimonial	54.478,45	(54.478,45)		
Transferência do Déficit		(21.979,13)	21.979,13	
Saldo Final	240.133,71	176.801,01	118.906,34	535.841,06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

ANFIP-MG - Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, com fins não econômicos, atuação, representação e jurisdição em Minas Gerais, que congrega os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em todo o estado, integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, a qual compõe a estrutura do serviço público federal, com esta denominação ou por outra pela qual vierem a serem designados os respectivos cargos e/ou categoria funcional. Suas atividades compreendem basicamente:

I – conhecer o pensamento, as aspirações e as reivindicações da classe e dos associados;

II – promover a união, a harmonia e a solidariedade entre os associados;

III – representar e defender os associados coletiva ou individualmente, judicial ou extrajudicialmente, por todos os meios legais permitidos, nas questões relacionadas com suas atividades profissionais como Auditor-Fiscal e, quando autorizada por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho Executivo, impetrar ações para defesa dos direitos constitucionais e legais vinculados à condição funcional, salarial, de direitos, vantagens e benefícios financeiros e previdenciários, bem como representá-los nos assuntos de interesse profissional, para o que, desde já, conta com a autorização dos associados;

IV – desenvolver atividades aprovadas pelo Conselho Executivo, destinadas a:

a) realizar estudos, debates e discussões quanto à técnica profissional da carreira em especial e quanto ao regime jurídico e aos benefícios dos associados como servidores públicos;

b) desenvolver eventos culturais, recreativos, sociais e esportivos em geral, inclusive proporcionando os meios para expansão cultural e técnico-profissional dos associados, diretamente ou através de convênios;

c) prestar aos associados assistência e intermediação na contratação e na manutenção de seguros em grupo, ficando autorizada, a critério do Conselho Executivo, a realização de convênios da mesma natureza, observados os interesses dos associados;

V – promover entendimentos com órgãos especializados visando ao aprimoramento dos métodos e das normas de trabalho profissional da classe, objetivando a racionalização do trabalho fiscal em relação à sua qualidade, objetividade, execução, dificuldade e complexidade;

VI – divulgar, por intermédio de órgão próprio, a orientação, os esclarecimentos e as informações sobre assuntos de interesse funcional, fiscal-tributário, de seguridade social e outros de interesse da classe e da entidade;

VII – manter intercâmbio e, quando do interesse dos associados, ação conjunta com as demais entidades representativas dos servidores públicos, resguardadas, sempre, a sua soberania e os objetivos do Estatuto Social da entidade;

VIII – manter biblioteca especializada em legislação e assuntos relacionados ao trabalho dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

2 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras representam o principal meio informativo da situação patrimonial e financeira da entidade. Logo, deverão expressar de modo claro, efetivo e transparente os resultados auferidos junto aos associados, fornecedores, colaboradores, governantes, instituições financeiras, etc, que tenham ou possam vir a ter interesse na avaliação da situação da entidade em determinado momento ou em seu progresso ao longo do tempo.

Considerando o objetivo de prestar informações ao usuário, faz-se necessário que, além da aplicação dos princípios de contabilidade e a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade (ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro e também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), cuidados especiais sejam dedicados no que diz respeito à forma, ao conteúdo e ao nível de detalhe das demonstrações financeiras.

Elas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à legislação societária na Lei nº 6.404/76 e em consonância as Normas Internacionais de Contabilidade.

Adicionalmente, em adequação às normas internacionais de contabilidade, a ANFIP-MG apresenta as notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas

que não foram evidenciadas de forma suficiente, ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física, social, desempenho e outros eventos suficientes, evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

b) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS NORMAS CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis para o exercício, finalizado em 31 de dezembro de 2015, incluem as demonstrações contábeis da ANFIP-MG elaboradas em parte de acordo com a adoção da ITG 2002 – entidades sem fins de lucro e ITG 1000 – interpretação técnica geral.

c) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis da ANFIP-MG foram elaboradas com base no custo histórico.

d) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

e) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Depreciação – item 3 - e.2 (Imobilizado) ao lado
Provisões – item 9 (Provisões Trabalhistas) página 7

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Competências e Segregação de Prazos

A ANFIP-MG adota o regime de competência para o registro de suas transações. O critério utilizado para o registro de Ativos e Passivos Circulantes reflete as operações cuja realização ou exigibilidade ocorram até o final do exercício social seguinte, sendo que as demais transações são consideradas de longo prazo e, consequentemente, registradas no Não Circulante.

b) Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela ANFIP-MG na gestão das obrigações de curto prazo.

c) Créditos a Receber

São representados pelo saldo a receber das mensalidades dos associados, adiantamento a representantes do interior de Minas Gerais, despesas do exercício seguinte, outros créditos e aplicações financeiras com restrição, considerados de curto prazo.

d) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os valores cuja realização ocorrerá após o término do exercício seguinte. É representado pelas aplicações financeiras de recursos com restrição.

e) Ativo Imobilizado

Compreende os bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com esta finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens de acordo com suas características. Os itens do ativo imobilizado podem ser classificados como bens móveis ou imóveis.

e.1 – Reconhecimento e Mensuração

O imobilizado da ANFIP-MG está registrado pelo custo de aquisição.

e.2 – Depreciação

Os itens do ativo imobilizado foram depreciados pelo método linear, sendo a partir do mês subsequente ao que foram adquiridos e instalados.

Em 31/12/2015, a Depreciação Acumulada estava assim representada:

DESCRIÇÃO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA INICIAL	DEPRECIÇÃO DO EXERCÍCIO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA NO FINAL
Edifício	59.762,46	8.811,16	68.573,62
Equipamento Informática	29.259,32	2.081,34	31.340,66
Máquinas e Equipamentos	21.380,82	1.663,72	23.044,54
Móveis e Utensílios	59.890,69	512,72	60.403,41
TOTAL	170.293,29	13.068,94	183.362,23

f) Patrimônio Líquido

O patrimônio social compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio social, resultados acumulados, fundos constituídos e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

g) Apuração do Resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são mensurados pelo valor original na data do balanço patrimonial.

As aplicações financeiras são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, concentrando-se, exclusivamente, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal-CEF. Os rendimentos financeiros foram contabilizados em contas de resultado.

Os valores desse grupo ficaram assim representados:

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	31/12/2014	31/12/2015
Caixa	1.527,49	3.191,86
Bancos Conta Movimento Sem Restrição	601,07	100,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata Sem Restrição	24.327,98	-
BB RF Simples Sem Restrição	-	10.897,83

5 – CRÉDITOS A RECEBER

Os direitos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. O saldo a receber é originado de mensalidades dos associados ativos, aposentados e pensionistas, outros créditos, aplicações e adiantamentos a representantes.

Em 31/12/2015, os créditos a receber estavam assim distribuídos:

CURTO PRAZO	31/12/2014	31/12/2015
Aplic. Financ. sem Restrição – Título de Capitalização	5.000,00	-
Aplicação Financeira com Restrição	63.269,16	123.018,04
Crédito de Mensalidades do exercício	65.268,41	67.250,52
Adiantamento a Representantes do Interior	4.419,15	2.115,85
Empréstimos a Associados/ Empregados	3.257,11	-
Despesas Pagas Antecipadamente	2.285,88	-
Despesa Exercício Seguinte	2.156,00	908,02
Outros Créditos	-	26.152,92

Conforme definido em regulamento, por deliberação do Conselho Executivo, em Reunião Ordinária realizada em 01/08/2004, foi criado o Fundo Financeiro ANFIP-MG para Patrocínio de Eventos de Interesse dos Associados – Funfapea, com vigência a partir de 01/08/2004. De acordo com o regulamento, os recursos financeiros do fundo serão constituídos pelo percentual de 2,95% incidente sobre a contribuição mensal estatutária, segregado por categoria de associados: os ativos e os aposentados e pensionistas, cujos valores seriam mantidos em caderneta de poupança.

O valor de R\$ 123.018,04 está composto por:

- Funfapea Ativos: R\$ 43.830,85 – Caderneta de poupança Banco do Brasil.

- Funfapea Aposentados e Pensionistas: R\$ 53.779,85 – Caderneta de poupança Caixa Econômica Federal.

- Reserva de Contingência, no valor de R\$ 25.407,34 – Caderneta de poupança Banco do Brasil.

O valor de R\$ 26.152,92 (outros créditos) corresponde à parcela de R\$ 25.354,00 a receber do Sindifisco-DS/BH referente a acerto da festa de confraternização natalina/2015 e ao valor de R\$ 798,92 decorrente de acertos desse evento com o Buffet Catarina.

6 – IMOBILIZADO

O imobilizado da ANFIP-MG está demonstrado pelo custo de aquisição, cujos bens foram depreciados pelo método linear.

A posição patrimonial da ANFIP-MG, ao final de 2014 e 2015, é a seguinte:

31/12/2014			
DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPREC. ACUM.	VALOR LIQUÍDO
Edifício.	214.853,92	59.762,46	155.091,46
Equip.Infor.	43.836,82	29.259,32	14.577,50
Maq.Equip.	30.680,60	21.380,82	9.299,78
Móv.Utens.	62.193,94	59.890,69	2.303,25
Totais	351.565,28	170.293,29	181.271,99
31/12/2015			
DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPREC. ACUM.	VALOR LIQUÍDO
Edifício.	233.454,00	68.573,62	164.880,38
Equip.Infor.	51.627,49	31.340,66	20.286,83
Maq.Equip.	56.408,60	23.044,54	33.364,06
Móv.Utens.	64.986,94	60.403,41	4.583,53
Totais	406.477,03	183.362,23	223.114,80

Em reunião ocorrida no dia 19/03/2015, o Conselho Deliberativo autorizou que não fosse efetuada a avaliação do Ativo Imobilizado em decorrência de não haver laudo.

a) Movimento do Imobilizado

DESCRIÇÃO	31/12/2014	AQUISIÇÕES E REFORMAS	31/12/2015	DEPRE- CIAÇÃO
Imobilizado	351.565,28	54.911,75	406.477,03	183.362,23
Bens Móveis	136.711,36	36.311,67	173.023,03	114.788,61
Equip. Infor.	43.836,82	7.790,67	51.627,49	31.340,66
Maq.Equip.	30.680,60	25.728,00	56.408,60	23.044,54
Mov.Utens.	62.193,94	2.793,00	64.986,94	60.403,41
Bens Imóveis	214.853,92	18.600,08	233.454,00	68.573,62
Sede	150.397,74	18.600,08	168.997,82	48.066,63
Rua São Paulo	64.456,18	-	64.456,18	20.506,99

Para os bens imóveis foi usado o critério de rateio de 70% do valor contábil para a sede e 30% para o imóvel da rua São Paulo.

Houve acréscimo no valor bruto contábil do grupo “Móveis e Utensílios” em função da aquisição de placa inox em homenagem a ex-presidente, pedestal, estante, cadeiras e mesas para computador. A movimentação no grupo “Máquinas e Equipamentos” foi decorrente da aquisição de: evaporadora/condensadora, bebedouros, furadeira e microfone. Já o saldo do grupo “Equipamentos de Informática” cresceu devido à aquisição de microcomputador, HD para notebook e microcomputador portátil.

7 – APLICAÇÃO FINANCEIRA A LONGO PRAZO

a) Aplicação Financeira de Recursos com Restrição

Em 25/06/2014, por deliberação do Conselho Executivo, foram editadas as Resoluções CE nº 03/2014 CE/ANFIP-MG e CE nº 04/2014 CE/ANFIP-MG. Tais Resoluções criavam fundos oriundos do bônus financeiro concedido pela Aliança Administradora de planos de saúde e do repasse de recursos da ANFIP Nacional decorrente do plano de saúde Unimed-Vitória, respectivamente. O valor dos fundos corresponderia a 40% dos valores recebidos pela ANFIP-MG a título de repasse e seriam destinados à assistência jurídica aos associados vinculados aos respectivos planos de saúde.

Em cumprimento ao disposto nas referidas resoluções, em 23 de dezembro/2014 foram criados os fundos BB Renda Fixa 500 - denominado Fumed/BH -, decorrente do repasse da Aliança Administração de Planos de Saúde/Unimed-BH (Resolução CE nº 03/2014 – CE/ANFIP-MG de 25/06/2014) e BB REF DI LP 50 MIL - denominado Funfip-, resultante do repasse da ANFIP Nacional, referente ao plano de saúde Unimed-Vitória (Resolução CE nº 04/2014 – CE/ANFIP-MG).

Os recursos iniciais para constituição dos referidos fundos foram provenientes da aplicação financeira da ANFIP-MG no Fundo BB CDB DI, mantido no Banco do Brasil.

Em 31/12/2015, os referidos fundos mantinham os seguintes valores:

BB Renda Fixa 500 – Fumed: R\$ 30.878,11
BB Ref DI LP 50 Mil – Funfip: R\$ 86.237,56.

8 – FORNECEDORES NACIONAIS DE CURTO PRAZO

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido até o final do exercício seguinte. Caso con-

trário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes.

Em 31/12/2015, os fornecedores de curto prazo estavam assim representados:

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
Stratum Segurança	120,32	131,52
Terra Net Works Brasil	63,60	71,16
Hexagon Consultores	713,14	788,00
Comércio de Alimentos CIAAD	912,00	520,00
Copiadora Brasilusa	55,81	-
Supritape Distribuidora	492,20	-
P&B Editora Gráfica	3.102,00	-
Top Cesta de Alimentos	543,60	-
Unimed BH	1.416,60	1.718,20
Eslei Lima de Bessas Eireli	385,00	-
VBR Artes Graficas Ltda		437,80

9 – PROVISÕES TRABALHISTAS

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
Férias	11.986,61	13.283,83
Encargos Sociais	4.507,73	4.582,91

O saldo referente às obrigações para com décimo-terceiro salário e seus encargos patrimoniais foi baixado por ocasião do pagamento da segunda parcela ocorrida em 20/12/2015, com exceção da 2ª parcela sobre o décimo-terceiro no valor de R\$ 455,95, referente ao FGTS. As obrigações para férias foram calculadas na quantidade de avos adquiridos pelos empregados até o fim do do exercício, em 31/12/2015. Para os encargos de previdência, foi levado em consideração o percentual de 26,5% sobre o saldo das férias e 8% a título de FGTS.

10 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
INSS	5.544,19	6.911,82
FGTS	962,94	1.383,70
IRRF	289,87	502,58
PIS FOLHA DE PAGAMENTO	166,91	180,85
COFINS OUTRAS RECEITAS	271,15	494,29
ISSQN	74,76	856,19

A Cofins foi calculada sobre outros ingressos operacionais como: Auxílio Plano Saúde (UNIMED) e Rendimentos de Aplicações Financeiras, no percentual de 7,6% - Cofins não cumulativo, a partir do ano de 2014. A incidência dessa contribuição foi deliberada conforme ata de reunião do Conselho Executivo da ANFIP-MG, realizada em setembro/2014. A aprovação do cálculo deste tributo teve embasamento na Solução de Consulta nº 96, de 21/10/2011 SRF – Solução de consulta nº 164, de 26/08/2012 SRF; Solução de consulta nº 253, de 21/09/2005 SRF; Solução de consulta nº 110, de 16/07/2002 SRF; e Solução de consulta nº 196, de 30/08/2013 SRF.

O PIS sobre folha de pagamento é calculado no percentual de 1%.

11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
Honorários Contábeis	966,54	1.402,64
Imobiliária Bom Destino	291,50	305,03
Centro Cap.T.C. Terra Verde	1.258,43	-
Embratel		90,25
Telemar	553,75	316,83
Telefonia Brasil S/A	1.844,05	1.496,27
NET	134,42	143,78
Ebct	1.970,50	2.406,80
Cidade Nova Serviços Postais	1.401,26	-

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas brasileiras de contabilidade; adequadas às normas internacionais, os valores que compõem o respectivo grupo correspondem, em 31/12/2015, a:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2014	31/12/2015
Reserva para Contingência	29.327,98	25.407,34
Fundos Constituídos	156.327,28	214.726,37
Superávit Acumulado	253.258,59	176.801,01
Superávit do Exercício	-	118.906,34
(-) Déficit do Exercício	32.500,37	-

Em 31/12/2015 o Fundo Patrimonial ficou assim distribuído:

Reserva para Contingência: R\$ 25.407,34
Fundos Constituídos: R\$ 214.726,37

Os fundos constituídos se referem a recursos destacados para utilização em finalidades específicas, como segue:

- Funfapea-Ativos = R\$ 43.830,85;
- Funfapea-Aposentados e pensionistas = R\$ 53.779,85;
- Funfip = R\$ 86.237,56;
- Fumed = R\$ 30.878,11.

O ajuste de exercícios anteriores se refere a rendimentos de poupança da Caixa Econômica Federal e apropriação de dispêndios de 2014, pelo regime de competência.

São considerados como ajuste de exercícios anteriores os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. No balanço encerrado em 31/12/2015, foram evidenciados os valores que pertencem a exercício anterior, cuja origem pelo regime de competência perfaz o total de R\$ 10.521,24.

13 – PARTES RELACIONADAS

As operações entre a ANFIP-MG e ANFIP Nacional decorrem de deliberação conjunta desta entidade e do Conselho de Representantes, que definiu o critério de divisão dos recursos recebidos da Unimed-Vitória pela AFINP Nacional, de cujo repasse originou a criação do Funfip, nos termos da Resolução nº 04/2014 – CE/ANFIP-MG de 25/06/2014.

14 – CRITÉRIOS DE APROPRIAÇÃO DOS DISPÊNDIOS

Nos termos do orçamento aprovado pelo Conselho Executivo para o exercício de 2015, os dispêndios operacionais foram apropriados por setores dentro da ANFIP-MG como: Presidência/Vice Presidência, Administração, Finanças e Patrimônio, Política de Classe, Comunicação e Relações Públicas, Aposentados e Pensionistas, Esportes e Eventos Sociais, Assuntos Jurídicos, Conselho Fiscal, Funfapea e Representantes do Interior.

15 – RESULTADO APURADO

A ANFIP-MG encerrou o exercício com SUPERÁVIT, tendo apurado os seguintes resultados:

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
Resultado do Exercício	(32.500,37)	118.906,34

16 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31/12/2015, a ANFIP-MG manteve cobertura de seguro contra incêndio para os bens imóveis, em valores considerados pela administração como suficientes para cobrir eventos de perdas.

17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Principais Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela ANFIP-MG, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e Equivalentes de Caixa (inclui: Banco e Aplicações Financeiras),
- Contas a Receber de Associados
- Contas a Pagar

b) Risco de Liquidez

É o risco decorrente da possibilidade de ocorrência de dificul-

dades em cumprir com as respectivas obrigações. Como forma de mitigar tal risco e evitar o risco de imagem, a ANFIP-MG tem pautado seus dispêndios dentro dos estritos limites estabelecidos em orçamento anual, sem deixar de constituir fundo e reserva para finalidades específicas, cujos valores são alocados em aplicações financeiras, capazes de suprir eventuais insuficiências orçamentárias em momentos em que os dispêndios superarem os respectivos ingressos.

20 – APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelos dispêndios e investimentos patrimoniais.

21 – COMPENSAÇÃO DE DÉFICIT

Em reunião realizada em 18/04/2016 entre a Presidência, a Vice-Presidência de Finanças e Patrimônio da ANFIP-MG e a Contabilidade, com a participação do Conselho Fiscal, ficou definido que o déficit do exercício de 2014, no valor de R\$ 32.500,37 (trinta dois mil, quinhentos reais e trinta e sete centavos), após ajuste, seria compensado com o superávit acumulado (Vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Líquido).

22 – DEMONSTRAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento ao que determinam as normas legais, declaramos e assinamos o presente termo de responsabilidade relativo à fidelidade e à realidade dos saldos/valores apurados. Os lançamentos contábeis que deram origem às Demonstrações Contábeis e informações aqui apresentadas foram elaborados com amparo em documentações competentes repassadas ao escritório de contabilidade. De acordo com as demonstrações contábeis e notas explicativas e tendo em vista as justificativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação patrimonial realizada no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, o Conselho Executivo da ANFIP-MG entende que o Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

CONSELHO EXECUTIVO

Afonso Ligório de Faria
Presidente

Sineida Ribeiro Sales
VP Executiva

Ana Maria Morais da Silva
VP Administração

Ilva Maria Franca Lauria
VP Política de Classe e Cultura Profissionista

Décio Bruno Lopes
VP Finanças e Patrimônio

Jamir Campos de Cerqueira
VP Comunicação e Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo
VP Aposentados e Pens. e Serviços Assistenciais

Bernadette Mourão Duarte
VP Esportes e Eventos Sociais

Marcos Barbonaglia da Silva
VP Assuntos Jurídicos

Raimundo Nonato Tinoco de Oliveira
Contador – CRC/MG 61.330/0